



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 11 | Nº. 20 | Jan./Jun. de 2019

José Italo Bezerra Viana

*Doutor em História pela
Universidade Federal do Ceará.
italobezerra776@hotmail.com*

O PATRIMÔNIO CULTURAL COMO ESTRATÉGIA DE INTERIORIZAÇÃO DO TURISMO

RESUMO

Analisando a parceria entre as secretarias estaduais de cultura e turismo do Ceará na primeira metade dos anos 2000, quando ambas definiram a relação entre patrimônio cultural e turismo como estratégia de desenvolvimento econômico do estado, este artigo acompanha as ações institucionais realizadas na região do Cariri, situada no sul do Ceará, discutindo a dimensão mercadológica do patrimônio para a vertente cultural do turismo.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Turismo e Desenvolvimento econômico.

ABSTRACT

Analizando la asociación entre las secretarías estatales de cultura y turismo del estado de Ceará en la primera mitad de la década de 2000, cuando ambos definieron la relación entre el patrimonio cultural y el turismo como una estrategia para el desarrollo económico del estado, este artículo sigue las acciones institucionales llevadas a cabo en la región ubicada en el sur del estado de Ceará, discutiendo la dimensión del mercado del patrimonio para el aspecto cultural del turismo.

Keywords: Patrimonio cultural; Turismo y Desarrollo económico

Introdução¹

O tema das afinidades entre turismo e patrimônio cultural foi anunciado como fundamental para a modernização socioeconômica que o Ceará buscava atingir na primeira metade dos anos 2000. Havia, naquele período, a intenção de tornar a cultura o carro-chefe da política turística cearense, estando ela vinculada ao objetivo de tornar o Ceará conhecido “menos pela beleza de suas praias e mais pela pujança de seu patrimônio histórico e cultural”, conforme as expectativas da secretária estadual de cultura, no período 2003-2006, Claudia Sousa Leitão:

[...] os bens e serviços culturais estão se tornando o grande insumo da economia do turismo e do lazer, e a criatividade, mais do que o capital e o trabalho, vem constituindo fundamento destes bens e serviços [...]. Ora, no Ceará as relações entre turismo e cultura ainda são tênues. Nosso potencial cultural mantém-se ainda desconhecido e, portanto, é subutilizado no momento em que são formatados destinos turísticos no Estado. Não teríamos um maior potencial a explorar em produtos turísticos? Não seria a cultura a grande estratégia de interiorização do turismo no Ceará? (In: CEARÁ, 2006: 09)

Transcritas a partir do texto de apresentação do *Guia Turístico e Cultural do Ceará* – uma publicação da Secretaria Estadual de Cultura (SECULT) posta em circulação no último ano da gestão do governador Lúcio Alcântara (PSDB/2003-2006) –, as palavras citadas demonstram que a aposta de Claudia Leitão na parceria entre ambos os setores não implicava na crença de subordinação das políticas culturais às necessidades do turismo. Antes disso, ela defendia a valorização da cultura como alternativa de viabilidade quantitativa e qualitativa para as atividades turísticas a serem desenvolvidas no Ceará do século XXI.

Ao passo em que a cultura ia sendo vista como um setor de forte impacto no desenvolvimento econômico do estado, a tessitura das relações entre turismo e patrimônio foi o objeto definido estrategicamente no “campo de possibilidades” (CERTEAU, 2005: 193) que se apresentava à política cultural formulada para aquele período, fazendo emergir planos e políticas delineados pelos objetivos de difusão das criações e manifestações artístico-culturais, valorização e preservação do patrimônio cultural na intensificação das atividades turísticas. Na agenda daquela gestão estadual da cultura, portanto, a retórica a favor dessa aliança concebia a interface entre turismo e

¹ Este texto, em versão ampliada, compõe o terceiro capítulo da tese de doutorado intitulada *As muitas artes do Cariri: relações entre turismo e patrimônio cultural no século XXI*, defendida no ano de 2017 pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Ceará.

cultura como mola propulsora da vitalidade econômica do estado do Ceará e da dinâmica de valorização dos seus bens e serviços culturais, sobre os quais se atribuíam papéis privilegiados nos projetos de inclusão social, democratização cultural e geração e distribuição de rendas.

Ao turismo, o outro elo dessa corrente, delegava-se a função e o desafio de assumir o papel de “protagonista do crescimento econômico e social do Estado”, segundo prospectava Allan Pires de Aguiar em agosto de 2003, momento no qual ele tomou posse como titular da Secretaria de Turismo do Estado do Ceará - SETUR, embora não possuísse nenhuma afinidade profissional com o setor.² Todavia, sua vasta experiência na gestão estratégica de negócios e no mercado financeiro foi considerada pelo governador Lúcio Alcântara como credencial legítima que o colocava em posição confortável frente à pasta do turismo, doravante alçado à condição de umas das principais atividades de crescimento socioeconômico do estado.

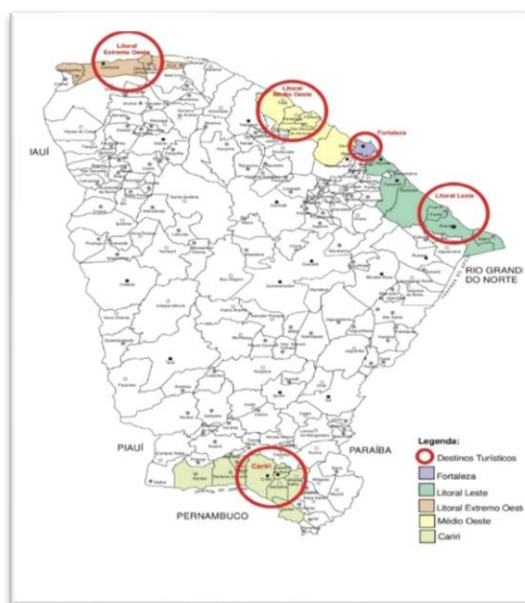
Durante a gestão de Aguiar, a política estratégica definida pela SETUR contemplava ações de fomento ao setor a partir do desenvolvimento de destinos e produtos turísticos; planejamento e qualificação desses produtos mediante o investimento em cursos de capacitação; definição de políticas de marketing e elaboração de projetos de desenvolvimento do turismo e da cultura que levassem em conta as singularidades de cada uma das regiões do estado do Ceará. Essas ações se dariam por meio de uma política de ordenamento da atividade turística pautada na espacialização do estado para identificação das suas potencialidades. Assim, tomando como base as diretrizes de identificação das “vocações” propostas pelo programa de regionalização do Ministério do Turismo, a SETUR definiu as “regiões turísticas prioritárias” com base nos critérios de oferta e demanda turística; atrativos naturais e culturais; nível de investimento governamental; recursos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR; acesso aéreo e rodoviário. A partir desses critérios, a secretaria pautou seu planejamento de ampliação da atividade turística com base no princípio da sustentabilidade do desenvolvimento local naquelas

² Com formação em Administração de Instituições Financeiras, Allan Pires de Aguiar assumiu a SETUR em 04 de agosto de 2003, após Roberto Meira, então titular da pasta, ter alegado motivos pessoais para deixar o cargo. Na estrutura administrativa do governo Lúcio Alcântara, Aguiar era proveniente da Secretaria de Infraestrutura, ocupando o posto de secretário adjunto. Antes disso, ele atuava como superintendente da Caixa Econômica Federal no Ceará, onde exercia atividades bancárias desde o ano de 1984. A notícia da cerimônia de posse de Aguiar e a fala da qual foi extraída a citação que se apresenta no corpo do texto podem ser consultados em http://www25.ceara.gov.br/noticias/noticias_detalhes.asp?nCodigoNoticia=9885. Acesso em 04/01/17.

áreas “na perspectiva da geração de oportunidades de empregos e negócios, ao tempo que resgata[ria] e preserva[ria] o patrimônio histórico, cultural e ambiental”, conforme explicitado nas páginas do Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico proposto para o quadriênio 2004-2007.

Esse mesmo documento apresentou toda a faixa litorânea e o Cariri como as zonas prioritárias do plano estadual de regionalização do turismo para aquele período:

Figura 1- Regiões Turísticas Prioritárias do Ceará.



Fonte: SETUR: Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico do Ceará: 2004-2007, p. 06.

Convém lembrar que essa perspectiva de descentralização administrativa dos recursos turísticos estava em voga desde o período correspondente aos dois governos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, através do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (1996-2002), que culminou com o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, no primeiro governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.³ Nesse sentido, o argumento utilizado pela SETUR para fundamentar sua política de gestão e planejamento de destinos turísticos baseada na regionalização era orientado pela proposta federal de promoção dos destinos,

³ Em 2007, a regionalização deixou de ser um programa para se tornar uma política de desenvolvimento do turismo. Na ocasião do lançamento do Plano Nacional de Turismo 2007-2010, a então ministra Marta Suplicy apresentou a regionalização como um macroprograma que reuniria, dali em diante, um conjunto de programas e ações específicas com vistas ao desenvolvimento da atividade turística no país. Ver: BRASIL, Ministério do Turismo. *Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil – Resumo Executivo*. Brasília 2010.

diversificação da oferta e melhora do posicionamento dos produtos turísticos das regiões brasileiras no mercado turístico internacional, facilitando, em tese, a definição das supostas vocações turísticas de cada um dos estados da federação e favorecendo ainda o fortalecimento do turismo interno no país.

Não obstante o projeto estadual estimular esforços conjugados entre os setores público e privado na construção de roteiros turísticos mais competitivos, dos quais se esperava serem canais de fluidez e demanda para toda a região onde estivessem inseridos, é curioso que a SETUR tenha considerado somente duas áreas do estado como prioritárias para geração efetiva de demandas e fluxos, dando a impressão de que a base da interiorização do turismo proposta naquele momento tinha uma lógica contraditória e geradora de uma espécie de insulamento dos destinos turísticos cearenses, marcados mais pela preocupação com o receptivo local do que propensos à articulação com os municípios vizinhos. Ademais, essa hierarquia de prioridades no investimento em infraestrutura turística pode ser considerada um fato bastante indicativo de que as políticas de fortalecimento da atividade – pelo menos no início do governo Lúcio Alcântara –, subestimavam a capacidade turística de grande parte do estado, uma vez que outras regiões não apareceram contempladas numa política de planejamento que tinha como conduta retórica o desenvolvimento turístico integrado. De todo modo, a SETUR incentivou o processo de formação de redes de cooperação técnica para a roteirização turística e a estruturação dos segmentos relativos ao setor, levando em conta as especificidades dos destinos turísticos priorizados. Nesse sentido, tratou de consolidar instâncias que dialogassem a partir do âmbito local com as esferas governamental, empresarial e do terceiro setor, na tentativa de demonstrar a capacidade de adaptação das regiões cearenses ao espaço produtivo do turismo.

O primeiro passo dado nessa direção foi o trabalho coletivo de constituição dos Fóruns Regionais de Cultura e Turismo, que além de possibilitar a densidade institucional de apoio às demandas de infraestrutura e qualificação dos roteiros turísticos do estado, também foram essenciais para dar ênfase à força incisiva que a cultura teria sobre os fundamentos de organização dessa atividade. Articulados por intermédio da pasta estadual da cultura, os fóruns regionais atuavam como instâncias privilegiadas para execução do plano de ação da SECULT no que diz respeito ao trabalho de identificação e mapeamento das “vocações” culturais das diversas regiões cearenses, com vistas ao desenvolvimento de um processo de interiorização do turismo pela via da

“municipalização da cultura”, conforme as lembranças da ex-secretária Claudia Leitão:

Nós compreendíamos, naquele momento, que a ‘municipalização da cultura’ poderia e deveria contar com um parceiro fundamental que reforçaria os nossos discursos acerca da cultura e do desenvolvimento. Necessitávamos aproximar e conectar as políticas de cultura e turismo a partir do fomento ao turismo cultural no Ceará [...]. Pelas razões acima elencadas, percebi, no meu primeiro contato com os municípios cearenses, que a aproximação da SECULT da Secretaria de Turismo seria estratégica para o processo de ‘municipalização da cultura’ que gostaríamos de realizar. Observei, ainda, que os discursos sobre cultura não sensibilizavam os prefeitos, mas quando falávamos sobre a construção de produtos e destinos turísticos, a partir da cultura, éramos compreendidos e acolhidos pelos poderes executivos municipais (LEITÃO, 2014: 120 e 123).

33

Evidenciando esforços em viabilizar a relação entre SECULT e SETUR a partir do estabelecimento de diretrizes para as políticas integradas entre os dois setores, o eixo central dessa proposição também tinha o objetivo político de articular novos investimentos na área da cultura mediante a maior capacidade da área do turismo em captar recursos financeiros. A julgar pela fala de Claudia Leitão, essa estratégia encaminharia uma política sustentável do turismo nos municípios cearenses, que deveria priorizar o envolvimento com a cultura, dela se servindo e com ela se comprometendo. Em termos de efetivação das potencialidades desses destinos turísticos, a secretária seguia defendendo desde seu discurso de posse um modo de enxergar a cultura não como mero complemento estético das atividades turísticas, porque mais do que uma “indiscutível necessidade social” ela também seria uma importante via de interiorização do desenvolvimento econômico:

[...] a cultura não é somente coleção, inventário ou repertório de objetos e manifestações. O que lhe dá sentido é sua capacidade de produzir sentimento de pertença aos diversos grupos sociais, enfim, do próprio significado que estes objetos e manifestações suscitam nestes grupos [...]. A cultura permite definições por categorias, mas nenhuma delas é mais ou menos significativa do que a outra. Assim, cultura popular ou erudita, cultura rural ou urbana, moderna ou tradicional, integram a mesma realidade, sendo objetos de interesse de políticas culturais [...]. A cultura é hoje reconhecida como uma indiscutível necessidade social (IDEM, In: CEARÁ, 2003^a: 07).

Seguindo essa linha interpretativa, a satisfação das necessidades de cultura aludida por Claudia Leitão passaria pelo trabalho de redefinição das prioridades locais, de um lado, e de sua associação às necessidades comerciais e turísticas, de outro, no intuito de fazer com que elas tendessem a ser mais complementares e menos excludentes entre si. Nesse sentido, a importância da estruturação dos Fóruns Regionais

de Cultura e Turismo residia nas ações de fomento e organização do segmento cultural do turismo enfatizando perspectivas e possibilidades para o desenvolvimento local e regional.

No Plano Estadual de Cultura, esse aspecto apareceu contemplado sob o guarda-chuva da “valorização das culturas regionais”:

A maior riqueza da cultura cearense é a sua diversidade. Valorizar a diversidade cultural implica, necessariamente, desenvolver ações culturais voltadas para as potencialidades regionais. Isto naturalmente requer a criação de instâncias de compartilhamento de ideias, formatação de planos, execução e monitoramento de ações [...]. Organizados em fóruns regionais, os municípios encontrarão o espaço para discussão sobre as ações culturais compatíveis com as aspirações das populações de cada uma das regiões do Estado (CEARÁ, 2003^a: 20)

As pretensões grandiloquentes e o profundo otimismo nessa causa possibilitaram a constituição de doze fóruns regionais⁴ destinados a desempenhar o papel de articulador e mediador do diálogo entre as pastas da cultura e do turismo em todo o estado a partir das demandas municipais. Atuando enquanto espaços de discussão cujo objetivo seria delinear e sugerir políticas públicas nas áreas afins, essas instâncias estavam estruturadas pela coordenação bienal de um comitê gestor, e suas diretorias eram compostas por representantes da sociedade civil, do poder público, de instituições públicas e privadas (SEBRAE, SESC, universidades, *trade* turístico) além de representantes do campo da produção cultural. Como parte da estratégia para reconhecimento dos destinos turísticos e identificação das potencialidades de produtos e roteiros, o funcionamento dos fóruns se dava por encontros mensais e de forma itinerante, tratando de garantir que os mesmos chegassem às diversas regiões do estado.

Analisando os argumentos em prol dos fóruns regionais de cultura e turismo, é possível depreender que a proposta de investimento em serviços turísticos pela via dos atrativos culturais, além de ter sido um dos instrumentos utilizados na gestão da secretária Claudia Leitão para implantar e monitorar programas definidores da cultura como condição necessária para alavancar o crescimento socioeconômico do estado, também foi um projeto político que representava a busca da consolidação da própria

⁴ Os fóruns representavam as seguintes regiões: Cariri; Centro Sul e Vale do Salgado; Vale do Jaguaribe; Litoral Leste; Sertão Central; Inhamuns; Litoral Extremo Oeste; Vale do Curu; Vale do Acaraú; Ibiapaba; Maciço de Baturité e Serra de Aratanha; Região Metropolitana de Fortaleza. Cf: SILVA, Henrique Barbosa. Relatório de gestão 2005-2006: caminhos trilhados. Fortaleza: Secult, 2006, pp. 22-3

SECULT como secretaria estratégica e efetiva na agenda do desenvolvimento do Ceará, talvez no intuito de começar a reverter uma tendência histórica no estado – como de resto em todo o país – do poder público relegar a cultura a uma condição secundária. Certamente, tal ideia era motivada pelas perspectivas alvissareiras que se apresentavam à área cultural naquele momento inicial do primeiro governo do ex-presidente Lula, com a chegada do novo ministro da cultura, Gilberto Gil, e diante da proliferação de projetos e iniciativas voltadas para o setor. O papel estratégico da SECULT seria, pois, o de identificar os pontos de intersecção entre turismo e cultura, promovendo intervenções concretas e pertinentes aos dois setores.

Paralelamente, o Plano de Governo apresentado à população cearense no ano de 2003 definiu o produto sol e praia como “negócio principal do turismo” no estado, mencionando *en passant* ações de interiorização dessa atividade a partir do estabelecimento de relações com os bens culturais. De modo muito genérico, o texto do referido documento propôs o estímulo a uma “maior organização interna dos municípios” e a promoção de “maior interação entre eles” (CEARÁ, 2003b: 67), mas não explicitava quais deveriam ser as ações mais concretas no sentido de proceder a propalada interiorização do turismo.

O que ficou evidente a partir da consulta às fontes utilizadas neste trabalho é que houve uma distribuição de competências entre SECULT e SETUR nesse processo, ficando a primeira responsável quase exclusivamente pelo interior, enquanto a segunda ocupou-se da capital e toda a faixa litorânea. Então, possivelmente a estruturação dos fóruns, em sua presumível capacidade de difusão das demandas regionais, foi pensada no intuito de definir formas eficientes para estabelecer vínculos entre as secretarias de cultura e turismo com as diversas localidades do estado.

Embora tal grupo político gostasse de reiterar o ineditismo de uma gestão compartilhada nessas duas áreas, deve ser assinalado que ele não possuía a marca de mérito exclusivo do governo Lúcio Alcântara, uma vez que a estruturação de instâncias de natureza muito semelhante àquela dos Fóruns Regionais de Cultura e Turismo ressoava ecos de discussões ocorridas no âmbito estadual desde o início dos anos 1990, precisamente durante a gestão do governador Ciro Gomes (1991-1994). Naquele período, havia um intenso engajamento político no processo de construção de uma imagem moderna para o estado do Ceará (BARBALHO, 2005) e as iniciativas de cooperação entre setor privado, governos do estado e dos municípios e organizações não governamentais eram amplamente estimuladas. Foi naquele contexto que surgiu o

“Pacto de Cooperação”, um fórum permanente que discutia problemas relacionados à reestruturação da economia local face às questões nacionais e internacionais, com o objetivo de buscar a cooperação de diversas entidades na viabilização técnica-financeira de projetos voltados aos diferentes setores da produção econômica local.

A atuação do Pacto de Cooperação pode ser dividida em duas fases, de acordo com o economista Jair do Amaral Filho:

A primeira foi marcada por ações bem delimitadas que atingiam discussões e soluções de problemas econômicos e setoriais. Nesta fase o Pacto funcionou como uma espécie de câmara de discussões, envolvendo governo e empresários, que visava a troca de informações e a desobstrução de problemas setoriais. Neste sentido, os trabalhos do Pacto anteciparam a aplicação da metodologia, muito utilizada hoje, da organização das cadeias produtivas. Na segunda fase, [...], a atuação do Pacto vai além dos temas econômicos, ela alcança temas relacionados à cidadania, ao meio ambiente, etc. Para isso ele se desdobrou em Fóruns de discussões e interiorizou-se (2003: 17).

Nesse movimento de desdobramento do Pacto de Cooperação, foi fundado o Fórum de Turismo do Ceará, no ano de 1996, com a missão de unir esforços para desenvolver ideias e planejar a atividade turística no estado. Inicialmente, a adesão ao Fórum de Turismo do Cariri foi notadamente maior entre a comunidade acadêmica, o poder público local e as instituições de apoio e fomento ao desenvolvimento do turismo naquela região. Contudo, o fórum não possuía uma “agenda pré-estabelecida nem o poder de articulação consolidado” (CALLOU; GIANELLA, 2012:08), e isso resultou num interregno dos encontros entre os anos de 1998 e 2000. Somente no ano de 2001, após o estabelecimento de parceria entre as secretarias municipais de turismo de Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte e Missão Velha, as atividades do fórum foram retomadas.

Reativado sob a denominação de Fórum Regional de Turismo do Cariri, tendo em vista o anseio de envolver os demais municípios caririenses na organização da atividade turística, suas reuniões passaram a ser realizadas sistemática e periodicamente por meio de assembleias mensais itinerantes, momentos nos quais se davam os encaminhamentos necessários ao atendimento das premissas locais, com base nas diretrizes do programa federal de investimento na municipalização do turismo, dentre as quais se destacam: formação dos conselhos de turismo; criação de um fundo para o setor; preenchimento do relatório de informações turísticas; elaboração e implementação do plano de desenvolvimento turístico em cada um dos municípios signatários (BRUSADIN, 2005).

Numa análise da atuação dessa instância deliberativa, Callou e Gianella (Op.cit: 09), sugerem que a retomada dos trabalhos teria sido tão exitosa que despertou o interesse das secretarias de turismo e de cultura do Ceará em replicar a experiência nas demais regiões do estado, mas com o acréscimo da temática da cultura nas preocupações dos fóruns correlatos, que doravante passaram a exercer suas funções sob a designação de Fóruns Regionais de Cultura e Turismo.

Se, por um lado, a filiação dos fóruns regionais ao fórum do Cariri pode ser questionada, de outro, é válido ressaltar que aquela região foi sim o principal laboratório de desenvolvimento dos projetos estaduais no segmento do turismo cultural para o período aqui analisado. A partir do ano de 2003, as ações de estímulo à institucionalização da relação entre turismo e cultura serviram como fio condutor para a implementação de programas e projetos que utilizavam o patrimônio cultural enquanto recurso turístico. No investimento dessa relação, a realização, no Cariri, de eventos diversos, tais como lançamentos de projetos, cerimônias de premiação, assinatura de convênios – fossem em âmbito municipal, estadual ou federal – davam suporte à disseminação de um imaginário turístico através da (re)afirmação de uma identidade cultural supostamente excepcional. Portanto, a ideia da SECULT era demonstrar a existência de uma grande efervescência cultural naquela região, a fim de indicar o prestígio que teria o patrimônio nas atividades de fomento ao turismo, e alimentar o sentimento que definia, organizava e explicava a pretensa “originalidade” do Cariri: uma rica herança de bens simbólicos definidores de um patrimônio “bastante razoável e de uma extrema diversidade cultural” (LEITÃO, 2014: 184).

As ações da SECULT no Cariri serviriam, então, como elementos norteadores do trabalho de ativação do patrimônio, em simultâneo ao processo de formatação do produto turístico local. Desse modo, cada um dos eventos que visavam demonstrar o início de uma nova fase para a cultura na região do Cariri e, de resto, no Ceará, endossava – geralmente sem a problematização necessária – discursos de enaltecimento da superioridade cultural daquela região.

Nesse processo, a instituição oficial do patrimônio cultural foi uma das principais posturas adotadas pela SECULT no sentido de pleitear a consolidação do Cariri enquanto notável destino turístico-cultural no estado do Ceará. As deliberações sobre tombamentos de bens de natureza material e registros para bens culturais imateriais eram levadas adiante pelo Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural – COEPA, órgão reestruturado na gestão de Claudia Leitão para inclusão na

lista de conselheiros de dois nomes vinculados ao segmento do patrimônio, passando de vinte e um para vinte e quatro o número total, além dos representantes dos fóruns regionais de cultura e turismo.⁵ Na retomada dos trabalhos do órgão citado, a Coordenadoria do Patrimônio História e Cultural – COPAHC, lhe apresentava as propostas de tombamento dos bens edificados. Nesse domínio, convém assinalar que na parceria com a SETUR, era a SECULT que definia quais edifícios seriam tombados, além da responsabilidade de preparar os termos de referência para licitação das obras de restauro desses edifícios.

Para o Cariri, o pedido de tombamento da Casa de Câmara e Cadeia do Crato – uma edificação em dois pavimentos, cuja construção é datada da segunda metade do século XIX –, que abriga desde a década de 1970 a sede do Museu Histórico do Crato, foi aprovado em março de 2004. A execução desse procedimento foi utilizada no discurso da SECULT para indicar uma mudança de postura em relação aos processos de patrimonialização coordenados pelo órgão, tendo em vista que aquele foi o primeiro tombamento em âmbito estadual fundamentado num processo de instrução completo, já que antes disso todos os tombamentos de bens edificados teriam sido realizados através de decretos governamentais ou mediante simples apresentação de justificativa do pedido ao Conselho Estadual de Cultura – CEC. A avaliação da secretária Claudia Leitão era de que os processos de tombamento anteriores à sua gestão seriam frágeis, porque embora reconhecessem legalmente o valor cultural do bem, não garantiriam a salvaguarda do mesmo (LEITÃO, 2014: 90).

Essa mudança de postura se deu muito em função da sólida formação acadêmica da secretária Claudia Leitão na área da cultura, mas também estava acompanhando o movimento do governo federal no fomento às políticas para o patrimônio cultural, particularmente na área do patrimônio imaterial, seguindo os princípios do Decreto nº 3.551. Nessa direção, foi criado um núcleo específico na estrutura da COPAHC para o registro e a formulação da lei voltada aos bens culturais de natureza imaterial, cuja preocupação em dar destaque aos chamados “valores regionais” tinha como pressuposto o reconhecimento da sua importância para a produção social do patrimônio cultural, conforme ressaltado por Claudia Leitão em análise retrospectiva ao trabalho desenvolvido nesse campo:

⁵ Conforme a Lei nº 13.619, de 15 de julho de 2005, que alterou a Lei nº 13.078, de 20 de dezembro de 2000 e instituiu o COEPA. Ver: <http://www.secult.ce.gov.br/index.php/patrimonio-cultural/legislacao-geral> Acesso em 08/01/17.

Somos ricos e diversos no plano cultural, mas ainda não conseguimos [no Ceará] transformar este capital simbólico em um ativo transformador do homem. Buscamos, através de uma política de valorização do nosso patrimônio imaterial, reconhecer nossos 'tesouros vivos', valorizando a força e a importância estratégica da cultura tradicional popular no estado. Se desejamos avançar em um novo projeto de desenvolvimento em nosso País, necessitamos fazê-lo a partir da reabilitação dos nossos saberes e fazeres ancestrais. (IBIDEM: 221)

Essa passagem faz referência à criação da Lei Estadual de Registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular (Lei nº 13.351, de 22/08/2003), inspirada na categoria "Tesouros Humanos Vivos" da UNESCO. Pela proposta desta lei, para fazer jus ao auxílio financeiro mensal e vitalício, no valor de um salário mínimo, os diplomados na categoria "Mestres da Cultura" deveriam ser pessoas portadoras de conhecimentos ou técnicas necessárias para a produção e preservação da cultura popular (Art. 1º), e de comprovada carência de recursos financeiros (Art. 3º). Esse último critério, porém, gerou algumas polêmicas. Uma delas foi registrada pela historiadora Jana Rafaella Maia Machado (2014, p. 119), e diz respeito à recusa, por parte do COEPA, da indicação do nome do artesão do couro Espedito Veloso de Carvalho, mais conhecido como Espedito Seleiro, ao título de "Mestre da Cultura". O COEPA justificou que o artesão não se encaixava naquele critério porque suas peças teriam grande circulação comercial, inclusive fora do país, o que supunha uma situação financeira estável, diferente dos outros candidatos que estavam concorrendo ao título. Ainda de acordo com Jana Machado, esse fato foi emblemático das tensões constituídas em torno da lei nº 13.351 e teria desencadeado uma série de questionamentos que desembocou na sua revisão e ampliação, dando lugar à Lei dos Tesouros Vivos da Cultura (nº 13.842, de 27/11/2006). No quadro de alterações suscitadas, a nova lei excluiu o critério relativo à situação de carência econômica ou social e permitiu a inclusão de grupos e coletividades no registro, tendo sido contemplado dois grupos de Juazeiro do Norte, a saber: **Reisado dos Irmãos Discípulos de Mestre Pedro** (2008) e Grupo de São Gonçalo da Comunidade do Horto (2009). Em decorrência dessa revisão, finalmente o artesão Espedito Seleiro pôde ser diplomado "Tesouro Vivo", no ano de 2008.

As informações disponibilizadas no endereço eletrônico da SECULT indicam que, no período de 2004 a 2006, dos trinta e seis "mestres da cultura" reconhecidos em todo o estado, dezessete deles representavam o Cariri. Em 2004, dos doze nomes agraciados com o título, nove representavam essa região, sendo quatro de Juazeiro do Norte, três do Crato, um de Barbalha e um de Milagres. Em 2005, somente dois representantes da região do Cariri foram diplomados mestres da cultura, mas no

ano seguinte esse número triplicou, chegando a seis o número de agraciados. Se ampliarmos a soma dos dados para o período de 2004 a 2009 veremos que dentre os 69 diplomados com o título de “Tesouro Vivo” em todo o estado do Ceará, 31 deles estavam no Cariri, sendo 29 pessoas físicas e dois grupos.

Como se pode notar, para as duas etapas do período mencionado, quase metade dos Tesouros Vivos do Estado do Ceará estava concentrada na região do Cariri, fato que a meu ver demonstra a preocupação do órgão estadual de cultura em reconhecer esse espaço recortado da porção sul do estado como um lugar privilegiado para investir no aproveitamento turístico do patrimônio cultural, apostando na garantia de condições satisfatórias para o desenvolvimento das relações entre criação, difusão, consumo e fruição dos bens e serviços culturais.

Evidente que há sempre um posicionamento político nesse processo seletivo e, por isso, tal aspecto não deve ser subestimado. Que esta observação não seja confundida com qualquer negação da existência efetiva de elementos culturais mercedores da ação protecionista do Estado, pois o que ela visa é assinalar as repercussões nas formas de definição de políticas culturais no Ceará. Nesse sentido, aparecem as questões político-partidárias que objetivaram propagar a suposta habilidade do Cariri em participar de uma importante área da economia, a de serviços, liderada pelo comércio, pelo turismo e pela cultura. Esse, aliás, foi o argumento utilizado pelo então candidato ao governo do estado do Ceará, Lúcio Alcântara, quando da realização de um comício na cidade do Crato, já na reta final de sua campanha eleitoral, em setembro de 2002.

Na ocasião, considerando a importância do complexo CRAJUBAR como segundo maior colégio eleitoral do estado – cerca de 200 mil eleitores –, Lúcio Alcântara proclamava um discurso político de “reconciliação” do Crato com “o desenvolvimento e o progresso”, empregando as duas palavras como sinônimos, em uma correlação de causa e efeito que lhe soava muito natural. Além disso, definindo sua candidatura no jogo de forças políticas que oferecia bens simbólicos como os recursos mais elaborados para promover o desenvolvimento socioeconômico do estado do Ceará, o candidato sinalizou sua disposição em exercer o mandato, caso fosse eleito, como “uma espécie de prefeito para o Crato” (JORNAL DO CARIRI, 08/09/02: 03), num discurso de evocação metafórica do deslocamento do centro de decisões governamentais que revelava o objetivo de estabelecer um sentido de proximidade junto aos eleitores locais naquele importante momento da campanha.

Logo após homologado o resultado positivo das urnas, alguns intelectuais locais não tardaram em destacar o papel do Cariri na eleição de Lúcio Alcântara e em cobrar dele a atenção que julgavam devida àquela região. Numa matéria intitulada *Lúcio Alcântara e o Cariri*, o memorialista Raimundo de Oliveira Borges resolveu usar argumentos outrora defendidos pelo próprio governador eleito para reclamar o investimento na empresa de “revitalização econômica” do Cariri pela via do turismo. Para tanto, Borges analisou um discurso que teria sido proferido por Alcântara em 1996 – quando este ocupava uma vaga no senado federal –, a fim de reiterar que o tema da dinamização da economia pela via do turismo seria preocupação de longa data do novo governador. A análise de Raimundo de Oliveira Borges buscava ser suficientemente persuasiva para convencer Lúcio Alcântara a realizar aquilo que ele próprio teria considerado indispensável ao desenvolvimento da região:

Depois de analisar com conhecimento de causa a problemática do ubertoso vale, cujo poder econômico decaiu com os engenhos de rapadura de fogo morto e com as usinas de algodão fechadas, [Lúcio Alcântara] aponta as medidas, no seu entender, mais necessárias e mais urgentes para a revitalização econômica da região, entre as quais salienta o turismo, com uma rede hoteleira moderna, ou à altura da modernidade. Lembra ainda a construção da estrada Cariri-Lavras da Mangabeira [atual rodovia Padre Cícero, CE-385], reivindicação, diz ele, de mais de três décadas, a qual encurta substancialmente a distância entre o Cariri e Fortaleza, disponibilizando os equipamentos hoteleiros da metrópole regional (Juazeiro do Norte-Crato-Barbalha) como escala intermediária na jornada do Sul do País a Fortaleza e vice-versa [...]. Agora que terá em breve às suas mãos as rédeas do governo do nosso Estado, espero que ele, conhecedor que é como demonstra dos nossos prementes problemas volte para cá suas vistas, adotando as medidas cabíveis e indispensáveis ao nosso almejado desenvolvimento, que importa, afinal de contas, no desenvolvimento integrado do Estado do Ceará [...]. Guardemos dias melhores (JORNAL DO CARIRI, 23/11/02: 02).

O entendimento de que o governador Lúcio Alcântara deveria mesmo prestar contas à região do Cariri também foi reforçado pelo escritor Geraldo Menezes Barbosa, que pressupôs inegável influência regional e municipal na formulação e execução de uma política turística para o estado mediante o fomento das atividades turísticas locais, como deixou bem claro em editorial para o Jornal do Cariri, cujo título *Juazeiro Lucio Alcântara* soava como um apelo, mas também como um alerta:

Não fosse o potencial eleitoral dos 131 mil eleitores da terra do Padre Cícero, com certeza essa vitória teria se diluído em derrota por ausência de volume de colegiado. Assumindo, portanto, o novo governo do Ceará Lúcio Alcântara percebe a difícil posição que lhe foi confiada pelos cearenses de bom senso político, como um brado de oportunidade especial a sua arrancada reestrutural para um Ceará carente de multiplicidade de indústrias geratrizes de novos empregos, na qual Juazeiro do Norte tem sido um eterno solicitador. [...] A terra

ciceropolitana há de encontrar, no reconhecido amigo de longa data, um partícipe coerente para dar amplitude à desejada indústria do turismo, mercê de seu potencial artesanato, buscando apoio estadual. No momento em que as trombetas do Cambeba oferecerem a Juazeiro do Norte uma participação na mídia nacional, no embalo do turismo, assegurando-lhe uma colaboração numa série de obras de há muito projetadas pela Prefeitura Municipal, até o Padre Cícero Romão Batista, santo entronizado no coração da maioria dos brasileiros, já sensibilizaria novamente seu colégio eleitoral para uma próxima reeleição governamental [...]. Nestes termos, Juazeiro do Norte saúda o governador Lúcio Alcântara, em nome também do Cariri indômito, fiel às suas tradições e ao seu passado de lutas (JORNAL DO CARIRI, 07/01/03: 02).

Convocando o governo estadual a assumir sua responsabilidade pública de fomento à atividade turística – a partir do investimento na modernização da rede hoteleira; conservação das estradas e abertura de novas rodovias; desenvolvimento do marketing turístico; organização e financiamento dos atrativos culturais –, essas reclamações e solicitações, mais que sugerir medidas que visassem o planejamento e a tomada de decisões que afetariam a atividade turística estadual, pressionavam o processo de implementação de políticas públicas para o setor naquela região, com o fito de atribuir-lhe prestígio nas atividades distribuidoras de benefícios culturais, econômicas, sociais e políticas. Desse modo, o turismo como uma das preocupações estatais também servia como forma de direcionar e justificar investimentos para a satisfação das necessidades políticas de movimentação turística no Cariri. Em última instância, as duas passagens revelam o entendimento de que o Cariri já possuiria prestígio simbólico suficientemente consolidado para que o governo do estado iniciasse a estruturação de sua política cultural em interface com os projetos turísticos dando ênfase àquela porção sul do Ceará.

Obviamente não é possível afirmar que o governo Lucio Alcântara tenha elaborado um plano turístico-cultural para atender as demandas específicas da região do Cariri, afinal, as políticas públicas não resultam de boa vontade – embora a tendência no nosso país seja afirmar exatamente o contrário –, mas é plausível argumentar que os programas e projetos das secretarias de cultura e turismo sinalizaram alguma correspondência com as promessas de campanha de Lúcio Alcântara, ao promover a região como polo turístico-cultural do estado. Isso fica evidenciado na fala da secretária Claudia Leitão (2014: 184), quando afirmou que “historicamente o Cariri ainda não foi objeto de políticas públicas que o transformem em destino turístico estadual, nacional e internacional”, deixando aberta uma larga porta para o reconhecimento das valorações simbólicas e ações concretas de fomento aos usos turísticos dos bens culturais naquela região.

É também provável que a capitalização e legitimação desses bens culturais tenha ocorrido em função de uma estratégia de construção e reforço da imagem de um governo que estaria bastante preocupado com os assuntos culturais. De tal forma, não parece exagero inferir que os gestores da SETUR e SECULT sabiam que essa imagem daria visibilidade, distinção e realce aos agentes protagonistas do cenário político estadual vigente.

A tradução desse reconhecimento se deu com a conquista da SECULT do Prêmio Cultura Viva, promovido pelo Ministério da Cultura.⁶ A secretaria recebeu o prêmio de primeiro lugar na categoria gestão pública, no ano de 2006, pelo desenvolvimento do *Programa de Valorização das Culturas Regionais: Cultura em Movimento*, uma espécie de “carro-chefe” da gestão de Claudia Leitão, cujo trabalho fundamentado na atuação itinerante da SECULT resultou no mapeamento dos bens culturais de natureza material e imaterial; cadastro de artistas e profissionais da área da cultura; estruturação dos sistemas municipais de cultura e instituição da rede estadual de equipamentos culturais (bibliotecas, museus, teatros, arquivos e centros culturais), reunindo dados que passaram a compor o Sistema de Informações Culturais do Ceará – SINF (LIMA, 2014).

Um dos principais produtos desse projeto foi o *Guia Turístico e Cultural do Ceará*, uma publicação em capa dura, com mais de 450 páginas, que descreveu os 184 municípios cearenses a partir de suas “vocações culturais” e “potencialidades regionais”. Impresso em formato de livreto (11 x 21cm), o referido guia apresentou um texto introdutório que narrava, em duas partes distintas, o processo de formação histórica do Ceará e os aspectos culturais considerados mais marcantes dos municípios cearenses. Estes, por sua vez, estavam agrupados de acordo com a divisão dos Fóruns Regionais de Cultura e Turismo, sendo ali apontados quais eram os principais atrativos locais, além da indicação de pessoas, instituições ou projetos culturais que foram apresentados em *boxes* chamados de “cultura viva”, com o objetivo de revelar aquilo que seria “um retrato minucioso dos saberes e fazeres de um povo criativo, bem humorado [sic] e cheio de imaginação” (GUIA TURÍSTICO E CULTURAL DO CEARÁ, 2006: 12).

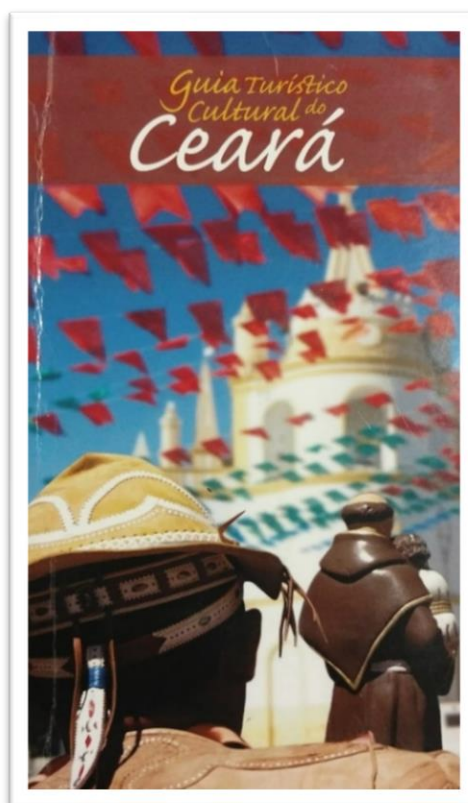
⁶ Sobre esta política pública de cultura, ver: BARBALHO, Alexandre; MATTOS, Fabrício. *Pontos de cultura e de cidadania: relações entre Estado, cultura e sociedade na Era Lula*. In: ABDELHAFID, Hammouche; MARQUES, Kadma. *Práticas de cultura: contribuições franco-brasileiras para uma sociologia da arte e das políticas culturais*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2011, p.75-87.

No intuito de facilitar a consulta ao guia, as regiões cearenses foram ordenadas por um sistema de cores. Na página introdutória referente a cada uma dessas regiões um mapa indicava os municípios a elas pertencentes, sendo eles também assinalados por pictogramas que identificavam unidades de conservação ambiental, patrimônio material tombado (nas esferas federal, estadual e municipal), sítios arqueológicos e/ou paleontológicos, comunidades indígenas e/ou quilombolas. As páginas finais da publicação foram reservadas para indicação de eventos culturais do estado, a fim de aproximar o leitor “desse rico patrimônio que faz do Ceará um dos principais destinos turísticos do Brasil” (IDEM: 13), além de outras informações, tais como equipamentos culturais e serviços de hospedagem e alimentação na capital e no interior.

A imagem que ilustrou a capa do *Guia Turístico e Cultural do Ceará* (Fig.02) é bastante significativa do esforço empreendido pela SECULT em fortalecer a cultura como elemento estratégico para o desenvolvimento do turismo no estado, notadamente pela via da interiorização, posto que essa imagem não apresentou as praias paradisíacas comumente exibidas nos guias e folders de divulgação turística do estado, mas sim a de um vaqueiro (representação do sertanejo “autêntico”, arquétipo do cearense portador de atributos que remeteriam à ancestralidade de seu povo) carregando uma estátua de Santo Antônio em procissão até a Igreja do Rosário, na cidade de Barbalha, ou seja, desempenhando um hábito de devoção costumeiro, que foi elevado à condição de atrativo turístico. As bandeirolas coloridas indicam o período festivo em homenagem ao santo padroeiro, identificando o Cariri como lugar teoricamente consagrado à ritualização da cultura pela entronização dos elementos da fé na configuração do seu patrimônio.

É evidente que a conversão desses atributos em símbolos de atratividade turística possuía o sentido utilitário de demarcar a importância dos bens culturais no direcionamento de políticas públicas de turismo no estado, mas entendo que seguia, sobretudo, o propósito de territorialização da cultura, configurando a crença de ser o Ceará um lugar privilegiado pelas manifestações populares e pela permanência de valores culturais que seriam regidos pelo signo da tradição. Ideia manifesta, em termos de linguagem visual, na vestimenta do vaqueiro, que presumia uma fixidez das características de bens e práticas culturais supostamente constituidoras do “ser cearense”, por conjectura renitente no Cariri.

Vejamos:

Figura 2: Guia Turístico e Cultural do Ceará. Capa.

Fonte: SECULT-CE, 2006.

Cumpra ainda destacar que, quando o guia em questão foi publicado, o processo de patrimonialização da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha já tinha se iniciado, culminando, anos mais tarde, no seu registro como patrimônio cultural imaterial do Brasil. Nesse contexto, o guia da SECULT tentava colocar a tradição, elemento de ordem local – teoricamente parte de um passado – em contato com aquilo que é de ordem global, o turismo, partindo da hipótese de ser o Cariri o espaço mobilizador de miscibilidades temporais, isto é, lugar de afirmação do passado no presente, através do patrimônio cultural e em contato com o futuro pela via do turismo.

A parceria entre SECULT e SETUR era, portanto, uma estratégia de fazer cultura e turismo andarem juntos. Isoladamente, cada uma das secretarias poderia reforçar suas demandas específicas – e o fez sempre que necessário –, entretanto, o fato de compartilharem a opinião de que a cooperação entre elas seria mutuamente vantajosa (incrementando ações dedicadas ao discurso do desenvolvimento local e regional, por exemplo), pode ser considerado como elemento de construção e favorecimento de um todo que se queria coerente, qual seja, o turismo cultural no Ceará. Nesta perspectiva, desde aquilo que diz respeito a consultorias técnicas, treinamento e

aperfeiçoamento; passando por financiamento de projetos por iniciativas de ambas as instituições e seus equipamentos, até programas de intercâmbio com entidades estrangeiras,⁷ havia o desejo de fabricar correspondências entre turismo e cultura como alavancas de um conjunto de ações alinhadas com o crescimento econômico do estado.

Nessa invocação da cultura como recurso, o patrimônio compareceu como uma das principais possibilidades de transformação do espaço cearense, ajudando ainda na produção discursiva das identidades cultural e turística do estado no alvorecer do século XXI.

Bibliografia

AMARAL FILHO, Jair do. Capital social, cooperação e alianças entre os setores público e privado no Ceará. In: *Políticas públicas e sociedade: revista do mestrado acadêmico em políticas públicas e sociedade da Universidade Estadual do Ceará*. v.1, n.6, p. 23-39, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/1078>

BARBALHO, Alexandre. *A modernização da cultura. Políticas para o Audiovisual nos Governos Tasso Jereissati e Ciro Gomes (Ceará, 1987 - 1998)*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2005.

_____; MATTOS, Fabrício. Pontos de cultura e de cidadania: relações entre Estado, cultura e sociedade na Era Lula. In: ABDELHAFID, Hammouche; MARQUES, Kadma. *Práticas de cultura: contribuições franco-brasileiras para uma sociologia da arte e das políticas culturais*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2011, p.75-87.

BRASIL, Ministério do Turismo. *Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil – Resumo Executivo*. Brasília, 2010.

BRUSADIN, Leandro Benedini. Estudo da avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. *Revista Hospitalidade*, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 87-111, 2. sem. 2005. [online]. Disponível em: <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/223>.

CALLOU, Antonio Édio Pinheiro; GIANNELLA, Valéria. Uma Visão de Governança Territorial Inspirada em Princípios de Gestão Social. *Anais do VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social*. São Paulo: PUC-SP, 2012. Disponível em: http://www.pucsp.br/enapegs/trabalhos_ aprovados_eixo_2.html.

⁷ Em 2005 foi firmado um acordo de cooperação entre as secretarias de cultura e turismo do Ceará e a região de Rhône (França), cujo escopo seria “desenvolver programas de intercâmbio e cooperação com vistas ao aprofundamento e consolidação dessas linguagens [cultura e turismo]”. O referido acordo previa envio de delegações em missões específicas para as regiões partícipes, consultoria técnica, fornecimento de meios técnicos para implantação de programas, enfim, versava “sobre todos os domínios considerados de interesse para ambas as partes”. Cf. D.O.E, Série 2. Ano VIII, n. 63, 04/04/2005, p. 19.

CERTEAU, Michel de. *A Cultura no Plural*. Campinas, SP: Papirus, 2005.

GUIA Turístico Cultural do Ceará. Fortaleza: Terra da Luz, 2006.

LEITÃO, Claudia Sousa. *Cultura em movimento: memórias e reflexões sobre políticas públicas e práticas de gestão*. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2014.

LIMA, Aline Silva. A Secretaria da Cultura do Ceará para além dos centros: “Cultura Em Movimento” - Secult Itinerante 2005-2006. In: *Anais do V Seminário Internacional de Políticas Culturais*, Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2014/06/Aline-Silva-Lima.pdf>

MACHADO, Jana Rafaella Maia. *Entre cantos e açoites: memórias, narrativas e políticas públicas de patrimônio que envolvem os penitentes da cidade de Barbalha-CE*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IPHAN, 2014.

SILVA, Henrique Barbosa. *Relatório de gestão 2005-2006: caminhos trilhados*. Fortaleza: Secult, 2006.

SECRETARIA da Cultura. *Plano Estadual da Cultura 2003 a 2006: valorizando a diversidade e promovendo a cidadania cultural*. Fortaleza, 2003a.

_____. Secretaria do Planejamento. *Plano de Governo 2003-2006. Ceará cidadania: crescimento com inclusão social*. Fortaleza, 2003b.

_____. Secretaria do Turismo. *Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico no Ceará (2004-2007)*. Fortaleza, 2004.

José Italo Bezerra Viana

Doutor em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio e Memória (GEPPM-UFC).